

**A SOCIEDADE DIGITAL DE EXTRAÇÃO DE DADOS E OS DESAFIOS PARA A
DEMOCRACIA**

*THE DIGITAL DATA EXTRACTION SOCIETY AND THE CHALLENGES FOR
DEMOCRACY*

Alejandro Gabriel Olivieri¹

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1068-8614>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1921746316087755>

Faculdade Processus, DF, Brasil

E-mail: aleoli61@gmail.com

Gustavo Javier Castro²

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7639-0514>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1091127369557989>

Faculdade Processus, DF, Brasil

E-mail: gustavo@institutoprocesso.com.br

Resumo

O artigo analisa a relação entre capitalismo, democracia e capitalismo democrático, ressaltando as complexas relações de complementaridade e de conflito entre democracia e capitalismo. Examina a emergência das denominadas democracias iliberais, regimes políticos nos quais o rito de eleições periódicas é mantido enquanto são destruídas paulatinamente as instituições democráticas desde dentro. Mostra-se como as *Fake News* funcionam esvaziando a esfera pública democrática e, desta forma, a propaganda política é substituída pela guerra psicológica, que tem como objetivo a mobilização do medo difuso e líquido. A combinação e convergência entre sistemas de poder de vigilância públicos e privados, o poder de estados autoritários e totalitários e o poder instrumentário é uma ameaça real à democracia e à defesa dos direitos humanos. O legado da pandemia que mais preocupa aos sistemas democráticos liberais atuais é a implantação de mecanismos de vigilância digitais por parte dos Estados que atualmente são necessários para combater o vírus. Conclui-se que a viabilidade do capitalismo democrático vai depender da capacidade dos atores sociais desenvolverem políticas sociais criativas e de reconhecer um ator fundamental na política atual: o indivíduo.

¹Graduado em Filosofia pela Universidad Nacional de Buenos Aires (UBA), Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é professor da disciplina de Filosofia Geral e Jurídica no Curso de Direito da Faculdade Processus em Brasília.

²Graduado em Filosofia pela Pontificia Universidad Católica de Valparaíso (Chile), Mestre em Ciência Política pela Pontificia Universidad Católica de Chile, Mestre em relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB) e Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é professor da disciplina de Teoria Geral do Estado e Ciência Política no Curso de Direito da Faculdade Processus em Brasília.

Palavras-chave: Sociedade. Democracia. Dados. Capitalismo

Abstract

The article analyzes the relationship between capitalism, democracy and democratic capitalism, highlighting the complex relationships of complementarity and conflict between democracy and capitalism. It examines the emergence of so-called illiberal democracies, political regimes in which the rite of periodic elections is maintained while democratic institutions from within are gradually destroyed. It shows how Fake News works by emptying the democratic public sphere and, in this way, political propaganda is replaced by psychological warfare, which aims to mobilize diffuse and liquid fear. The combination and convergence between public and private surveillance power systems, the power of authoritarian and totalitarian states and instrumental power is a real threat to democracy and the defense of human rights. The legacy of the pandemic that most concerns today's liberal democratic systems is the implementation of digital surveillance mechanisms by States that are currently needed to combat the virus. It is concluded that the viability of democratic capitalism will depend on the capacity of social actors to develop creative social policies and to recognize a fundamental actor in current politics: the individual.

Keywords: Society. Democracy. Data. Capitalism

1. Introdução

O tempo pós-pandêmico que estamos atravessando pode ser caracterizado por um conjunto complexo e paradoxal de *drive-forces* que incluem, dentre outras, a erosão global da democracia e a ameaça populista, a polarização política acentuada, o aumento da pobreza e da desigualdade intraestatal e interestatal, e os esforços para tornar a internet mais segura para as sociedades democráticas visando atenuar os impactos negativos gerados pela sociedade digital de extração de dados (SDED) para a privacidade dos cidadãos. (OLIVIERI et al., 2021)

Vivemos numa época denominada como modernidade reflexiva, na qual a incerteza é uma estruturante endêmica da ação social, em que os mapas cognitivos individuais e coletivos apresentam sintomas de falência e se redefinem continuamente pela própria reflexividade. Esses mapas organizam raciocínios, crenças e valores, que nos permitem explicar os acontecimentos em curso e ajudam a direcionar nossas expectativas em relação ao futuro da nossa vida cotidiana e das nossas sociedades. (GIDDENS, LASH E BECK, 2012)

Diversos fatores convergem para gerar angústia, medo e frustração, levando a perda de confiança no progresso individual e coletivo, e no próprio regime democrático: mudanças na distribuição de renda, nas estruturas e formas do trabalho, na capacidade dos partidos e do sistema político de representarem a cidadania, nos costumes, na geopolítica mundial. Um horizonte ameaçador no qual transformações tecnológicas trazem insegurança sobre o futuro do emprego e uma crise climática global que se avizinha como cenário cada vez mais próximo, e, mais recentemente, um cenário incerto e angustiante produzido pela

pandemia do COVID-19. Uma época de desencontros e polarização entre os percursos pessoais e coletivos, caracterizada por um sentimento de exclusão do processo de construção de um futuro comum, como nação e como humanidade. Enfim, vivemos num mundo onde o acúmulo de tantas incertezas leva a um sentimento cotidiano constante que o futuro entrou em colapso. (BAUMAN, 2014; FRIEDMAN, 2018)

A dificuldade de enxergar a direção desse futuro ameaçador afeta nossa compreensão do presente porque quando as pessoas deixam de ter esperanças sobre o que virá se voltam saudosistas a um passado idealizado. Quando os partidos políticos não oferecem respostas às demandas da população, líderes políticos demagógicos que se apresentam como anti-sistema são legitimados pelo voto popular e, por vezes, glorificados como salvadores da pátria. Quando as elites que personificam os valores da razão, da prudência política e da ciência são desacreditadas, o negacionismo fundamentalista, a mentira e a ignorância são promovidas.

É sempre oportuno frisar que o capitalismo é o único modo de produção em que a democracia liberal floresceu, mas essa nunca foi uma relação necessária ou harmoniosa. Em momentos de insatisfação generalizada e de mal-estar social abre-se um campo fértil para soluções demagógicas e maniqueístas, que desprezam o confronto de ideias baseadas em fatos, em que as sociedades podem acabar escorregando para a destruição dos fundamentos da vida democrática, um estilo de vida que depende do debate informado e baseado em dados científicos e do respeito ao pluralismo de ideias. (OLIVIERI et al., 2020a)

A história das democracias se caracteriza por situações de constantes crises e transformações. Na maior parte dos casos transformações positivas, que permitiram enormes avanços em termos de direitos civis, políticos, sociais e culturais. Entretanto, quando o sistema representativo não é capaz de processar as tensões sociais para resolver os conflitos e o mal-estar social, essas crises podem levar ao questionamento da própria democracia. Sentimentos mais ou menos difusos de marginalização, exclusão ou mal-estar generalizado de setores da população, para os quais o “sistema” não os representa ou, pior ainda, os prejudica, estão sempre presentes, em maior ou em menor medida, em todas as sociedades democráticas. (SORJ, 2020)

Quando prevalecem soluções eficientes e justas, atingem-se novos patamares civilizatórios de convivência pacífica e melhorias na qualidade de vida da cidadania, mas quando se estabelece a polarização destrutiva e não a negociação construtiva, o que paralisa o processo decisório do sistema político, cresce o risco de crise da democracia e de instalação de regimes autoritários. Nesse contexto de incerteza sistêmica, devem se abandonar as “teorias do todo” que receitam soluções únicas e totalizantes para os problemas paradoxais que nos afligem. Isso não implica, porém, renunciar a procura por respostas que indiquem caminhos para a construção de uma sociedade desejável, que limitem e reduzam os sofrimentos existentes no mundo, como a luta contra a pandemia da Covid-19, a pobreza e a desigualdade social e os riscos catastróficos de mudanças climáticas, e que levem ao fortalecimento e à melhoria da qualidade das atuais democracias. (ZAKARIA, 2021)

A SDED configura um regime ou ordem econômica cujos impactos sociais e políticos são, em vários aspectos, contrário às bases da civilização democrático liberal. A instalação em curso do “poder instrumentário”, oriundo das empresas de plataformas digitais, afeta nossos sentimentos e formas de vida ao corroer a confiança nos outros, quebrar reciprocidades e esvaziar a nossa capacidade de criar compromissos e de construir perspectivas compartilhadas de futuro, eliminando nossa autonomia e nossa livre vontade. (ZUBOFF, 2020)

É verdade que a tecnologia digital ajuda a promover a liberdade, a democracia e a informação e a comunicação horizontalizadas, a tornar os governos mais eficientes e transparentes, e a atingir novos patamares de justiça social. Entretanto, não devemos esquecer que estamos vivendo numa época de refluxo das democracias liberais, que uma “recessão democrática” está em curso e que há um aumento das denominadas “democracias iliberais” de diversos tipos ao redor do mundo. A recessão democrática tem vários sinais, tais como o declínio do Estado de Direito, aumento da corrupção em diversas áreas do Estado e do sistema político, mudanças nas regras de jogo democrático que resultam em eleições com menor controle da cidadania e, em muitos casos, fraudadas, aumento de regimes autoritários com pouca ou nenhuma competição eleitoral nem pluralismo político, etc. (DIAMOND, 2015)

Nesse contexto, a longo prazo o legado da pandemia que mais preocupa aos sistemas democráticos liberais atuais é a implantação de sofisticados mecanismos de vigilância e rastreamento de populações por parte dos Estados, que atualmente são necessários para combater o vírus.

O artigo está estruturado em três partes. A primeira delas está dividida em quatro seções.

Na primeira seção, analisamos a relação entre capitalismo, democracia e capitalismo democrático, ressaltando as complexas relações de complementaridade e de conflito entre democracia e capitalismo e como ambos revolucionam constantemente os sistemas produtivos e sociais, exigindo a renovação dos arranjos institucionais de forma periódica.

A segunda seção da primeira parte do artigo trata sobre a emergência das denominadas democracias iliberais, regimes políticos nos quais o rito de eleições periódicas é mantido enquanto são destruídas paulatinamente as instituições democráticas desde dentro.

A terceira seção analisa As *Fake News* como sintoma do esvaziamento da esfera pública democrática e, desta forma, a propaganda política é substituída pela guerra psicológica, que tem como objetivo a mobilização do medo difuso e líquido, o principal argumento para fechar fileiras em torno do líder, que se apresenta como figura forte e protetora.

Por último, a quarta seção da primeira parte trata da viabilidade do capitalismo democrático, a qual não está nem predestinada nem garantida. Ela vai depender da capacidade dos atores sociais desenvolverem políticas sociais criativas, capazes de se sobrepôr às forças que limitam o espaço de manobra dos Estados nacionais e das suas instituições democráticas

Na segunda parte do artigo, abordamos o tema da SDED numa Democracia Liberal, concluindo que a combinação e convergência entre sistemas de poder de vigilância públicos e privados, o poder de estados autoritários e totalitários e o poder instrumentário é uma ameaça real à democracia e à defesa dos direitos humanos. O legado da pandemia que mais preocupa aos sistemas democráticos liberais atuais é a implantação de mecanismos de vigilância e rastreamento de populações por parte dos Estados que atualmente são necessários para combater o vírus. Passada a pandemia, os governos terão enormes bases de dados sobre seus cidadãos.

2. A crise da democracia liberal e a emergência dos regimes iliberais

2.1. Capitalismo, democracia e capitalismo democrático

Há uma ampla literatura produzida pela ciência política desde pelo menos a segunda década do século XXI que visa diagnosticar e avaliar a denominada “crise da democracia representativa” e a emergência das chamadas “democracias iliberais”.³

É fato que existem complexas relações de complementaridade e de conflito entre democracia e capitalismo. Ambos, revolucionam constantemente os sistemas produtivos e sociais, exigindo a renovação dos arranjos institucionais de forma periódica. Num longo processo histórico, ainda em andamento e nunca estável, o capitalismo se adaptou à democracia, e a democracia se adaptou ao capitalismo. Essa convergência, mediada pelo sistema político e pelas diversas instituições do Estado-nação, levou aos que lutavam pelo fim da desigualdade econômica a reconhecer o mercado e a propriedade privada como eficientes alocadores de recursos para gerar riqueza, e aos defensores do capitalismo a consentir que o Estado interviesse na regulamentação das relações de trabalho, se apropriasse e redistribuísse parte da riqueza social produzida, gerando esferas de atividade social não determinada apenas pelas relações de mercado. Em última análise, o desafio do capitalismo democrático é encontrar soluções negociadas que assegurem o bom funcionamento da economia e das demandas sociais com maior justiça distributiva, distanciando-se tanto do fundamentalismo do mercado como do fundamentalismo estatista.

Democracia e capitalismo estabelecem relações complexas e conflitivas que se refletem no interior dos próprios valores promovidos pelas democracias capitalistas. Uma das áreas mais relevantes das ciências sociais e da filosofia política atuais, tanto do ponto de vista teórico como das pesquisas empíricas em curso, diz respeito ao exame de quais limitações e contradições do regime democrático são hoje exacerbadas e levam a seu questionamento e até deslegitimação.

A relação entre as várias dimensões da democracia é complexa e não tem causalidade linear. Por exemplo, nas últimas décadas, enquanto cresceram as expectativas igualitárias e a pobreza diminuiu, a desigualdade social aumentou na maioria dos países. E se a força da classe operária está em declínio, a consciência de direitos sociais e

³ Apenas para exemplificar esta afirmação podem consultar-se os exemplares da revista *Journal of Democracy* (nas versões em inglês e em português) dos últimos sete anos nos quais há diversos artigos publicados por cientistas políticos contemporâneos de diferentes orientações teóricas que tratam esses temas.

identitários dos cidadãos permaneceu progredindo. O resultado é, portanto, paradoxal: os avanços dos valores democráticos produzem, simultaneamente, insatisfação com o próprio sistema de governo democrático, levando parcelas de população a se sentirem defraudadas e atraídas por respostas demagógicas autoritárias e totalitárias.

Na democracia, a que organiza os critérios que orientam a vida em comum e a distribuição da riqueza social, é a figura norteadora da *isonomia*, de cidadãos iguais perante a lei, mobilizados em torno de projetos políticos que promovem a liberdade, a justiça, o bem comum e o interesse nacional, Aprendemos, a partir dos ensinamentos da filosofia política grega, que, em última instância, a *res publica* deve prevalecer sobre a *res privada*, seja na determinação da vacinação obrigatória, de decretar uma quarentena, de proteger o meio ambiente ou de assegurar condições básicas de vida à população.

É bem verdade que do ponto de vista jurídico o indivíduo livre é o fundamento da sociedade democrática, mas a realidade sociológica nos mostra que os indivíduos se constituem como tais -e sua liberdade só pode ser garantida- dentro de *comunidades políticas*. Existe, portanto, uma *tensão endêmica* entre as exigências do que a comunidade considera necessárias para que se mantenham as liberdades e a coesão social -a “liberdade positiva” ou “liberdade para” - e as expectativas dos indivíduos de usufruir sua autonomia sem coerção externa -a “liberdade negativa” ou “liberdade de”.

A política é um campo de ação -uma *praxis*- de verdades contestadas e de reflexão crítica permanente. É da natureza do espaço público democrático o pluralismo e o confronto de ideias, de valores e de interesses; em outras palavras, a aceitação e legitimação da metáfora weberiana conhecida como “politeísmo dos valores”. Pelo menos desde finais do século XIX, o principal veículo pelo qual a miríade de opiniões pessoais converge, produz consensos que se transformam em ações coletivas compartilhadas, são os partidos políticos. As sociedades precisam construir consensos em permanente revisão sobre o que elas consideram o futuro desejável, aglutinando visões particulares, e os partidos políticos foram -permanecem ainda? - a principal correia de transmissão para “conectar” a maioria dos cidadãos ao sistema político.

As atuais sociedades capitalistas democráticas convivem, já faz um certo tempo, com um processo de falta de identificação, com um questionamento cotidiano e um mal-estar crescente da cidadania com as instituições políticas da democracia liberal. Essa situação se apresenta em diversos âmbitos: no nível socioeconômico, o aumento da desigualdade econômica e social, acompanhado do crescimento de expectativas geradas pela sociedade de consumo, choca-se com o avanço de valores igualitários; no sistema político, um ambiente em que a iniciativa dos governos permaneceu atrelada e limitada pelas exigências da lógica de inserção na ordem econômica internacional e do capital financeiro, engessando e reduzindo o campo de ação do Estado.

Por último, as diferenças e o confronto cada vez mais polarizado entre os partidos tradicionais opositores, distanciando-os cada vez mais das necessidades, sentimentos e expectativas de amplos setores da população, aumentaram a descrença na democracia como mecanismo de resolução pacífica de conflitos sociais e de renovação da vida cotidiana na *polis*. Ainda mais, essa descrença é alimentada pelos escândalos de privilégios

e de corrupção sistêmica no Estado e no sistema político veiculados diariamente pela mídia nacional e global, e pelas redes sociais.

2.2. A emergência das democracias iliberais

Atualmente percebe-se um movimento -não sabemos ainda se de curto ou longo prazo- em direção às denominadas “democracias iliberais”, regimes políticos nos quais o rito de eleições periódicas é mantido enquanto são destruídas paulatinamente as instituições democráticas desde dentro. Em outras palavras, a estratégia política dos defensores das democracias iliberais (tanto de esquerda quanto de direita) é o ataque gradual às instituições democráticas em vez de propor um golpe de Estado tradicional ou uma revolução.

Não se opondo frontalmente à democracia representativa, ela desenvolve um “reformismo autoritário”, forçando os limites da incivilidade aceitável no espaço público. Recorrem a ameaças, veladas ou explícitas, contra os “inimigos do povo”, e quando essas declarações extremistas são mal recebidas pela opinião pública, são caracterizadas como piadas, mal-entendidos ou como tendo sido retiradas do contexto. É essa capacidade de criar uma nova “normalidade” a que transforma os governos de extrema direita em antessalas de regimes repressivos, na qual sentimentos latentes ou expressados circunstancialmente em pequenos círculos privados (como comentários a favor de governos autoritários, machistas, racistas, antissemitas ou xenofóbicos) passam a ser aceitáveis agora também na esfera pública e no debate político. Quando os conflitos sociais não são processados nem contidos pelo sistema institucional, a descrença nas instituições democráticas aumenta, e líderes e governos com tendências autoritárias se fortalecem. A perda da confiança nos governos e no sistema partidário tradicional abre espaço para o surgimento de discursos que se apresentam como “apolíticos”, que se alimentam da frustração da população e a canalizam na forma de ódio contra aqueles que seriam responsáveis pelos males que afligem a sociedade.⁴ (LEVITSKY e ZIBLAT, 2018)

A frustração com o presente e, sobretudo, a perda de confiança no futuro afetaram a legitimidade da democracia capitalista, transbordando o sistema político tradicional. A convergência ao centro de uma grande parte do sistema partidário criou um espaço preenchido rapidamente por lideranças políticas que apostam na polarização radical e no extremismo político. Nesse cenário, emergiram na superfície grupos antidemocráticos, antes submersos e que não desfrutavam de espaço legítimo para aparecer à luz do dia, mas também manifestou-se a “face obscura” de muitas pessoas -preconceito de gênero, racial, de classe, etc. e comportamentos autoritários- que passaram a se sentir autorizadas e incentivadas a expressar e defender esse *ethos* antidemocrático no espaço público, desse

⁴ A contradição entre o fundamento da legitimidade última do poder político na soberania popular e seu efetivo exercício por instituições representativas intermediárias que atuam em nome do povo produz uma constante tensão entre representantes e representados. A distância entre o ideal de um governo do povo e o exercício efetivo do poder por organizações especializadas (partidos políticos, Poder Legislativo, Executivo e Judiciário) faz com que esteja sempre presente na cidadania, com maior ou menor intensidade, a sensação de não estar representada legitimamente.

modo espelhando, legitimando e reforçando ideias e comportamentos das próprias lideranças que os governam.⁵

Embora quem governa numa democracia iliberal o faz em nome da nação e do povo, o “povo” nunca é uma unidade homogênea, ele é plural, e todo governo representa apenas uma maioria circunstancial. Os governos são, ao mesmo tempo, expressão do conjunto da sociedade e da fração que os elegeu, obrigando os líderes democráticos a navegar de forma simultânea entre a agenda de seus partidos e o reconhecimento que representam *toda* a nação. Entretanto, é precisamente essa situação paradoxal, âmago da democracia liberal, que o líder autoritário procura “superar”, ao se posicionar como único representante legítimo do povo, como sua “voz” autêntica, sendo que eventuais opositores -partidos políticos da oposição, Poder Judiciário, Parlamento, organizações intermediárias da sociedade civil e meios de comunicação- são considerados e denunciados como inimigos do povo. (MOUNK, 2019)

A reflexão filosófica sobre a *práxis política* nos ensina que a natureza da vida política é o *agonismo*, um espaço em que propostas coletivas se elaboram em oposição e em conflito umas às outras, de modo que o *agonismo* não é excluído na democracia liberal. A especificidade do *agonismo* político nas democracias é que ela reconhece a legitimidade do pluralismo e, assim, cria mecanismos institucionais para a resolução pacífica das posições em confronto, reconhecendo a legitimidade das visões e ideias diferentes em conflito.⁶

Democracia e violência são formas opostas de resolver divergências de interesses e valores. A política democrática supõe mecanismos institucionais que asseguram a livre expressão e a resolução pacífica de conflitos (eleições periódicas, respeito ao pluralismo, pesos e contrapesos entre os poderes do Estado, media e jornalismo independentes e uma sociedade civil atuante). Por esse motivo, o uso da violência coletiva para promover e impor projetos políticos é a negação da vida democrática.⁷

⁵ Embora algumas das análises sobre as democracias iliberais focalizam nos líderes e nos partidos que participam de eleições, mas que desenvolvem narrativas e práticas políticas que questionam, erodem e atacam as instituições da democracia liberal, consideramos que deve levar-se em consideração também a *cultura política autoritária* das sociedades nas quais emergem essas lideranças políticas antidemocráticas votadas majoritariamente de forma democrática.

⁶ Pelo contrário, o discurso iliberal de *um* povo ou de *uma* nação homogênea é, concomitante à construção da imagem de um “inimigo do povo”, igualmente homogênea. O único *agonismo* que é estranho à política democrática é aquele promovido por atores políticos empenhados a destruir suas instituições, apresentando o opositor como inimigo a ser destruído, inviabilizando a convivência pacífica de opiniões e cosmovisões diversas.

⁷ Os governos de extrema direita que governam na atualidade em contextos democráticos, ao não poderem reprimir frontalmente seus críticos, desenvolvem uma dupla estratégia de cerceamento e demonização de grupos opositores, promovendo a ideia que a credibilidade da informação e os fatos dependem apenas do emissor. Dessa forma, a procura pela verdade deixa de ter como referência argumentos racionais e os dados, e passa a se sustentar nos sentimentos irracionais de devoção quase sagrada ao líder político. (SORJ, 2020)

Análises oriundas da ciência política reconhecem que o ressurgimento do nacionalismo xenofóbico como força política, além de sua óbvia manipulação por líderes políticos extremistas, não pode ser dissociado do sentimento de exclusão de amplos e diversos setores da sociedade que não se sentem parte das diversas tribos cosmopolitas existentes, vencedoras econômicas e inseridas de forma bem sucedida nos processos de globalização vigentes, de direitos humanos, de grupos ecológicos ou identitários, etc. Em outros termos, nas democracias o poder efetivo dos cidadãos é limitado e muito distante de uma minoria que ocupa posições de influência econômica, política e midiática. Quando isolados de estruturas de participação cidadã e de circuitos econômicos dinâmicos agregadores de valor, as pessoas sentem que não possuem nenhum controle sobre seus destinos, o que as predispõem a legitimar teorias conspiratórias delirantes, que defendem que minorias globais poderosas agiriam nos bastidores para determinar os rumos da sociedade com a finalidade precípua de prejudicá-las.

Nesse sentido, a transferência dos embates políticos para o campo cultural está intimamente ligada à difusão de uma *cultura da vitimização*. À esquerda, grupos que se consideram vítimas da história passaram a exigir reconhecimento e igualdade de direitos, por vezes associados a políticas afirmativas. À direita, setores que se sentem desconsiderados ou marginalizados pelo poder público ou pelo discurso político progressista dominante na esfera cultural, também desenvolveram um discurso de vitimização em confrontação ao sistema político e às elites culturais. Estabeleceu-se dessa forma uma *competição entre vítimas* que deslocou o debate político visando projetos para o *conjunto da sociedade* para um embate sobre quem seria/m o/s “culpado/s”. Nesse deslocamento do debate político democrático, a extrema direita explorou o sentimento de “vitimização” de amplos setores da população, com uma narrativa identitária unificadora em torno da nação e do povo, ambos percebidos de forma homogênea e sem fissuras. (LILLA, 2017)

2.3. As *Fake News* como sintoma do esvaziamento da esfera pública democrática

Nesse clima de polarização generalizada e vitimização social, a propaganda política é substituída pela guerra psicológica, que tem como objetivo a mobilização do medo difuso e líquido, o principal argumento para fechar fileiras em torno do líder, que se apresenta como figura forte e protetora. (BAUMAN, 2014) A estratégia política da extrema direita age por meio de mensagens falsas diárias e recorrentes visando corroer a confiança nas instituições democráticas, o equilíbrio entre os poderes e a autonomia do Poder Judiciário, com ataques constantes ao jornalismo profissional e às diversas organizações da sociedade civil.⁸

⁸ Em outras palavras, ambiente psicológico de guerra, no qual predominam o medo e a insegurança, facilita a promoção da figura do líder protetor, que precisa de autoridade ilimitada para defender a nação perante os perigos e inimigos identificados. Além do mais, para cumprir essa tarefa de forma bem-sucedida o líder não deve se submeter ao controle e à fiscalização das instituições democráticas que balizam seu poder. Na realidade, o objetivo tático permanente é enfraquecer os mecanismos de controle do Poder Executivo, como o Judiciário, Parlamento, a imprensa e a sociedade

Do ponto de vista político, o uso sistemático de *fake news* por parte de profissionais pagos e de *trolls* contratados especificamente para essa tarefa é uma estratégia planejada para corroer o espaço público democrático. A desinformação e a intoxicação permanentes vai produzindo uma polarização extrema, de forma que o conteúdo dessas mensagens não é o mais relevante, mas sim a obsessiva confirmação dos preconceitos dos intoxicados com essas notícias falsas e a transformação de toda oposição em inimiga. Em outros termos, a denúncia constante e paranoica de conspirações de todo tipo, e a corrosão da convivência democrática têm como objetivo criar um clima de guerra permanente e de temor social generalizado.

As *fake news*, que atuam num ambiente de liberdade de expressão garantida constitucionalmente e por outros dispositivos legais nos sistemas democráticos, não possuem qualquer discurso ideológico argumentado e coerente, nem explicitam um modelo de sociedade alternativa à vigente. Elas agem fundamentalmente para desmoralizar as “elites” políticas tradicionais, atacando e demonizando as pessoas e grupos sociais que desaprovam seu projeto autoritário. Elas mobilizam o mal-estar, os sentimentos de confusão, de ressentimentos e de frustrações pessoais para propor uma “nova” cosmovisão, que ordena o caos presente e oferece um *sentimento de superioridade moral* por pertencer a um novo grupo de iluminados com fortes laços afetivos e ideológicos que enfrenta os inimigos da nação (ex. “os imigrantes”, a “ideologia de gênero”, os jornalistas profissionais, as ONGs, os “comunistas”, etc.), diretamente responsabilizados pelos problemas e as penúrias vivenciadas diariamente pela população.

Como afirmamos antes, o discurso da direita autoritária foi alimentado, em parte, pela paralisia dos partidos tradicionais para dar respostas às necessidades concretas das pessoas comuns e por exageros e atitudes também autoritárias de setores “politicamente corretos”, associadas a políticas identitárias fragmentadas, que perderam o horizonte do *bem comum*, objetivo central de toda *praxis* política.⁹ Quando os discursos fundamentados em fatos comprovados são eliminados e substituídos por mensagens falsas que sistematicamente deturpam os dados -e pela produção contínua de cortinas de fumaça e novos inimigos imaginários-, e que têm como objetivo desviar a atenção dos problemas reais vividos pelas pessoas, a democracia como modo de vida começa aos poucos a erodir.

Portanto, enquanto ainda engatinhamos no emprego de formas democráticas das novas tecnologias de informação (TI) e da Inteligência Artificial (IA), o fenômeno das *fake news* avança e coloca em risco a esfera pública democrática. Sem a preocupação de serem desmentidas (e, quando são, de todas formas sempre fica na mente do receptor dúvidas

civil, para chegar a uma situação em que o poder executivo não enfrente a crítica e a fiscalização dos outros poderes públicos e da sociedade civil.

⁹ Ainda mais, esse discurso dirige-se e interpela os homens ressentidos em sua masculinidade pelo declínio e fracasso do poder masculino tradicional e que encontra ressonância em setores das Igrejas preocupados com o abandono de seu modelo tradicional de família patriarcal e de sexualidade. Tanto nas formas de recrutamento do Estado islâmico pela internet quanto na maneira como funcionam as *fakes news* da extrema direita são empregadas as mesmas metodologias.

sobre a veracidade ou não da notícia) e seus autores anônimos legalmente responsabilizados, as redes sociais transformaram *radicalmente* o espaço público, permitindo que grupos políticos extremistas divulguem “informações” sem os filtros e as checagens exigidos na prática do jornalismo profissional, e que, por ser seu principal competidor, virou um dos alvos fundamentais de suas diatribes. A internet implodiu qualquer limite de *civilidade* no espaço público virtual. A comunicação na internet via redes sociais permitiu e legitimou a irrupção de uma cultura autoritária e agressiva na esfera pública. Quanto mais unilateral e virulenta for a mensagem, quanto mais conseguir manipular emoções e exprimir preconceitos e quanto mais se comunicar por meio não racionais, maior será seu impacto esperado.

Como indicamos acima, os líderes autoritários da atualidade, em vez de propor alternativas à democracia liberal, têm como objetivo maior desmoralizá-la, de forma que as *fake news* respondem a uma agenda e estratégia política não explícita. As *fakes news*, como projeto político, são parte de um esforço sistemático de difamar figuras públicas, instituições e meios de comunicação associados à defesa da democracia, e, em geral, de toda fonte de crítica ou de notícias que considerem inconveniente.¹⁰ Seu objetivo é produzir desconfiança em relação a qualquer informação. Se nada for verdadeiro, aceitar ou não uma informação só depende da disposição subjetiva do usuário. Se a mensagem confirma seus preconceitos, nela se acredita, caso contrário é descartada sem refletir. Dessa forma, criou-se um simulacro de “espaço público” dominado pelo preconceito e pela reação visceral dos conversos, pela lógica tribal e por emoções e reações quase automáticas. Em outras palavras, as *fake news* mobilizam sentimentos (medos, ressentimentos, incertezas, insatisfações) e preconceitos (machismo, racismo, homofobia) *preexistentes*. Em primeiro lugar, canalizam esses sentimentos e preconceitos dentro de uma narrativa política e, em segundo lugar, normalizam, valorizam e legitimam a expressão de posturas extremas na esfera pública que antes as pessoas se envergonhavam de assumir explicitamente.

Em suma, a consequência da política das *fake news* é a polarização destrutiva do espaço público democrático. Com efeito, produzem bolhas que geram novas bolhas dos que se opõem a elas, que funcionam na mesma lógica de fechamento cognitivo, levando à perda da capacidade de conviver com o diferente e do debate civilizado de ideias discordantes. Por esse motivo, a luta contra as *fake news* é um confronto por corações e mentes da população, pois os valores democráticos não podem ser percebidos como consolidados eternamente. A internet permitiu, como alguns analistas argumentam, maior participação e comunicação entre cidadãos e um nível de acesso à informação até pouco tempo atrás inimaginável. Mas também potencializou tendências, já presentes na sociedade, de valorização da subjetividade autocentrada, da exposição narcísica obsessiva, de mensagens simplistas e reducionistas, e de afirmações peremptórias e viscerais. (FRIEDMAN, 2018)

¹⁰Essa estratégia permite contornar um confronto direto com os valores democráticos que, apesar de questionados, são compartilhados ainda por boa parcela da população.

A consequência de fazer depender a validade do argumento do “lugar de fala” é a desqualificação do debate científico, pois no lugar do valor substantivo do argumento, ele seria substituído pelos sentimentos e pelas experiências subjetivas pessoais como critério de validação. Essa postura desconhece a convivência humana fundada na capacidade de empatia e destrói as regras básicas sobre as quais se assentam tanto o diálogo científico como a vida democrática, que se fundamentam no valor intrínseco do argumento, e não nas características pessoais de quem o enuncia. Entretanto, a tendência atual é a fragmentação da informação, desfigurada cada vez mais por *fake news* fazendo da sobrevivência do jornalismo responsável, seja no formato antigo ou no novo, um dos desafios para o qual as sociedades democráticas deverão produzir respostas criativas.

Nas redes sociais, as pessoas parecem dessensibilizadas pela não presença física e pelas emoções do outro, quem pode ser “desligado” *on line* apenas com um clique, fogem do contraditório e de informações e de argumentos que não confirmem seus preconceitos, transformando a tela do celular num espelho narcísico na qual ouvem em forma de eco versões auto-afirmativas de suas próprias vozes e cosmovisões. Esse novo cenário faz possível um clima propício a discursos polarizadores antidemocráticos e a visões conspiratórias delirantes, o que nos alerta a não esquecer que as novas possibilidades de participação nas redes sociais e as mobilizações de rua não podem *substituir* o sistema de instituições representativas e de poderes do Estado democrático de Direito. (HAN, 2018)

A nova extrema direita é hoje a mais bem-sucedida na elaboração de um discurso que canaliza os sentimentos de mal-estar dentro de uma narrativa que produz “sentido” e a sensação de pertencimento grupal afetivo/ideológico. Oferece compensações simbólicas e afetivas que levam, inclusive, a deixar em segundo plano os interesses econômicos de parte dos eleitores. Congrega em torno de si os mais diversos setores mobilizados pelo sentimento de “desordem” e que aspiram a um “retorno da autoridade. A valorização de símbolos nacionais e da autoridade também atrai setores dos aparelhos repressivos do Estado (das Forças Armadas e das polícias), com uma cultura baseada na disciplina, na obediência, na subordinação e na “virilidade”, e que idealiza uma sociedade funcionando como uma grande caserna e conduzida por seus valores.¹¹

Sabemos que a “verdade” defendida pelo método científico valoriza a dúvida e a curiosidade, e se sustenta na crença de que toda afirmação deve ser baseada em raciocínios lógicos e provas empíricas refutáveis. Assim, as verdades científicas supõem a possibilidade, senão a necessidade, de que outras pessoas desenvolvam argumentos alternativos, que questionam o conhecimento estabelecido. Como consequência, a convivência científica exige uma forma de organização das relações sociais que assegure e promova os valores da liberdade de pensamento, o pluralismo e o debate de ideias livre e respeitoso. Toda pesquisa científica, claro, apresenta algum tipo de orientação normativa, mas o que diferencia a ciência de outras formas de conhecimento é que se fundamenta em

¹¹ Incluem uma variedade de temas: o aumento da criminalidade -real ou percebida -, a instabilidade e precariedade do emprego e o fim do sistema hierárquico em que mulheres, crianças ou negros não eram reconhecidos como iguais e era legítimo fazer comentários machistas, racistas, homofóbicos e antissemitas.

hipóteses sustentadas em argumentos racionais que possam ser refutáveis empiricamente.¹²

Extrapolados para o conjunto da vida social pelo Iluminismo, os valores básicos do pensamento científico foram estendidos para a esfera pública, que, apoiada no poder do Estado e no sistema legal, assegura a liberdade de pensamento, o pluralismo e o livre debate de ideias. Embora uma genealogia dos valores liberais possa identificar no passado momentos de maior liberdade de pensamento, o respeito da liberdade subjetiva das pessoas, a valorização da dúvida e da curiosidade é um fenômeno relativamente recente.¹³

A ciência é contra-intuitiva, e a distância cada vez maior entre o saber especializado e o saber de senso comum contém o germe da atual revolta negacionista contra as elites científicas e o resultado da sua expertise. Se o conhecimento especializado permitiu realizações inimagináveis e aumento na qualidade de vida, não resolveu os desafios postos pelas dificuldades pessoais, familiares, como as doenças físicas e psíquicas e a morte. A ciência permanece aquém das ânsias do indivíduo e de seus dramas existenciais. Esse conjunto de fenômenos, associados ao ativismo político de grupos religiosos que nunca buscaram integrar ciência e fé e à possibilidade gerada pela internet de empoderar a ignorância ou sua apropriação por grupos extremistas anti-intelectuais criaram nas redes sociais uma cultura sem nenhum compromisso com o método científico e com verdades comprovadas empiricamente.

2.4. Os novos desafios da democracia liberal

Analisamos como a direita reacionária se alimenta e retroalimenta de ressentimentos, medos e mal-estares sociais muito diversos -pela perda de renda ou de status social, insegurança frente ao aumento do crime, intolerância religiosa, transformações culturais que produzem saudosismo e sentimento de desempoderamento entre homens adultos em relação às mulheres e aos filhos-, e que se expressam na sensação de desordem e na falta de disciplina. As frustrações e os ressentimentos produzidos pela vida atual, conduzida em condições de globalização intensiva e acelerada, podem ser canalizados tanto contra o capitalismo quanto contra a democracia.

Para alguns autores, a China contemporânea, baseada numa mistura *sui generis* de capitalismo agressivo e sistema político autoritário, ao usar cada vez mais métodos sofisticados de vigilância estatal e de controle da internet, oferece um exemplo de sociedade alternativa ao capitalismo democrático, aparentemente muito mais eficiente que as democracias liberais atuais, que sem dúvida o regime chinês não deixará de promover

¹² Certamente, o mundo científico não é isento de vieses ideológicos e de anquilosar seus paradigmas ou de jogos internos de poder. Esses questionamentos, porém, não desvalorizam a ciência, pelo contrário, apenas mostram como as formas de sociabilidade e de organização do campo das ciências podem prejudicar ou limitar seu avanço.

¹³ Alguns autores da área dos “estudos culturais”, como estudos raciais, feministas ou pós-coloniais, que se utilizam da perspectiva da “construção social da realidade”, apresentam por vezes posturas que deslegitimam o pensamento científico, o qual estaria sempre a serviço de alguma forma de dominação. Nos posicionamentos mais radicais, somente os indivíduos ou grupos que sofreram cada forma de opressão particular na própria pele estariam qualificadas e legitimadas para argumentar a respeito dela.

para além da sua fronteira. Nessa avaliação, nada indica que a democracia capitalista seja necessariamente mais eficiente que os autoritarismos capitalistas, nem que estes caminhem para sociedades cada vez mais abertas e democráticas. Do outro lado, as visões otimistas tentam argumentar que o atual modelo chinês é transitório e insustentável no longo prazo, e que, em algum momento, emergirão e se consolidarão instituições democráticas. É impossível prever o futuro, mas o que vemos hoje é um regime economicamente bem-sucedido, com enorme capacidade de mobilização das TI para vigiar, controlar e reprimir seus cidadãos, com uma eficácia de dar inveja a qualquer governo totalitário do passado. (HARARI, 2021; HAN, 2020b)¹⁴

Após 30 anos o cientista político Francis Fukuyama diagnosticar o “fim da história”, querendo significar com essa frase o triunfo acachapante do capitalismo democrático perante à ameaça totalitária soviética, o que tem ficado cada vez mais claro é que hoje a viabilidade do capitalismo democrático não está nem predestinada nem garantida. Ela vai depender da capacidade dos atores sociais desenvolverem políticas sociais criativas, capazes de se sobrepor às forças que limitam o espaço de manobra dos Estados nacionais e das suas instituições democráticas.¹⁵

A contradição entre a soberania nacional e os problemas que exigem uma regulação global aparece com um potencial destrutivo inimaginável pelos desafios postos pelas novas pandemias e, sobretudo, pela crise climática em curso. Além de impactar diretamente na vida dos indivíduos e das economias (desde desastres ecológicos que inviabilizam a segurança alimentar e o acesso à água doce em amplas regiões do planeta ao deslocamento geográfico de uma grande massa de refugiados ambientais e da produção de grãos, etc.), a mudança climática produzirá crescentes conflitos sociais, econômicos e militares. O Sexto Relatório do Grupo de Trabalho I do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC) publicado recentemente mostra que o Planeta provavelmente atingirá ou excederá 1.5°C já nas próximas duas décadas, mais cedo que em avaliações anteriores. Isso implicará esforços redobrados e maior colaboração internacional para reduzir as emissões globais de CO₂ e de outros gases de efeito estufa em um período muito menor daquilo que se previa, o que não é garantido em absoluto, sobretudo, confrontados com atuais desafios das condições pós-pandêmicas. (IPCC, 2021)

¹⁴A situação atual é muito diferente daquela da Guerra Fria, pois a economia chinesa -a diferença da economia da ex URSS- está imbricada ao resto da economia mundial, o conflito ideológico não ocupa o mesmo lugar e se apresenta sobretudo no plano econômico-tecnológico, e a tensão militar potencial se localiza, por enquanto, no entorno asiático. Por outro lado, hoje estão disponíveis novas armas, antes inexistentes: ataques cibernéticos em que não é possível localizar a fonte, mas que são capazes de paralisar diversos setores vitais -do sistema elétrico ao bancário- e que podem ser produzidos com recursos financeiros relativamente baixos, novas formas de espionagem eletrônica, etc.

¹⁵ Por seu peso e lugar privilegiado no sistema internacional, o que acontecer nos Estados Unidos na era pós-Trump será decisivo para o futuro do capitalismo democrático se não for apta a navegar num mundo onde sua influência tende a diminuir.

A crise do COVID-19 indicou que a divisão internacional do trabalho, em que os bens são produzidos por distintos países tendo como critério apenas a rentabilidade, pode se chocar com os interesses nacionais quando a demanda de produtos essenciais explode (como no caso dos insumos hospitalares e médicos, medicamentos, etc.). O embate entre critérios da racionalidade econômica estreita e racionalidade estratégica abrangente será parte dos debates e dos conflitos políticos nos próximos anos.

O desenvolvimento das TI e da AI fez possível a criação de um sistema de privado de plataformas digitais no qual pessoas colocam voluntariamente as informações pessoais mais íntimas em grandes bancos de dados. Afirmar até certo ponto injusta, pois muitos aplicativos -os celulares já vêm com recursos que coletam dados do usuário que nem sabe da sua existência- exigem (afinal, são grátis!) que o cliente se disponha a abrir mão de sua privacidade, fornecendo acesso a seus movimentos. Essas informações, cruzadas de forma crescente com sistemas de reconhecimento facial, eliminam a privacidade, a intimidade e permitem o permanente bombardeio de publicidade personalizada e o controle dos cidadãos. (OLIVIERI et al., 2021)

Vivemos num mundo paradoxal. A rede, como o deus Janus, apresenta uma face libertária e outra totalitária, uma sociedade de redes e uma sociedade emaranhada na rede. Por um lado, a quantidade de informação disponível permite uma visão dos mais diversos aspectos do mundo que antes se encontravam fora do nosso alcance e possibilita uma comunicação horizontal e descentralizada. A contraparte desse lado libertário é que as redes possibilitam sistemas de vigilância, tanto nas relações próximas como anônimas (o Estado e as empresas), assim como arquivamento e processamento de dados pessoais com enorme eficácia, o que tende a crescer de modo exponencial. (ZUBOFF, 2020)

3. A Sociedade Digital de Extração de Dados numa Democracia Liberal

A emergência da pandemia do COVID-19 nos mostra um tempo intenso de desafios inéditos que demanda uma reflexão contínua e uma toma de consciência crítica sobre formas de vida que não queremos mais viver, outras que continuaremos a adotar e sobre mudanças significativas para o nosso bem-estar pessoal e coletivo nas sociedades democráticas. O fato de que por causa da pandemia dependamos cada vez mais das plataformas digitais (como trabalhadores, consumidores, produtores, nos relacionamentos afetivos familiares, de amigos e íntimos etc.) não significa que devemos fazer um uso acríptico delas outorgando-lhes um poder onímodo sobre nossos comportamentos diários. Pelo contrário, pode ser um tempo no qual as pessoas possam se unirem e resistirem à SDED porque a invasão mostrou-se tão abrangente e disseminada que já aprendemos que deve haver um limite às tentativas do controle total. Em outros tempos, devemos proteger cuidadosamente a nossa intimidade e informações pessoais quando estamos interagindo à distância por meio das plataformas digitais. A combinação e convergência entre sistemas de poder de vigilância públicos e privados, o poder de estados autoritários e totalitários e o poder instrumental é uma ameaça real à democracia e à defesa dos direitos humanos. (MOZOROV, 2018)

Como foi feito com a construção legal/institucional em resposta às formas de dominação do capital industrial visando a consolidação democrática ao longo do século XX, a resposta à SDED implica um trabalho criativo abrangente e um novo e original arcabouço legal e institucional para limitar o seu poder. Passadas duas décadas do século XXI ainda não compreendemos claramente que devemos construir um outro patamar de arquitetura institucional compreensiva e de múltiplos níveis perante os desafios da SDED. Esse arcabouço legal/institucional baseado na proteção de direitos deve mudar radicalmente o panorama competitivo atual, dominado pelo pelos dividendos da vigilância e da economia da vigilância, e pautado pela desigualdade entre os usuários e as plataformas, na medida que hoje persiste uma quebra na relação recíproca entre os usuários e essas companhias. (ZUBOFF, 2020)

Precisamos caminhar rapidamente para um cenário democrático no qual possamos finalmente ter competidores públicos e privados que desejem usar os dados para partilhar a riqueza digital com a humanidade como um todo, com os indivíduos e os sistemas democráticos de uma maneira diferente daquela que tem dominado a SDED nas duas primeiras décadas deste século; quer dizer, usar os grandes dados digitalizados para as necessidades prementes das pessoas. Hoje temos um pequeno número concentrado de companhias *High Tech* que possuem uma imensa concentração de informação e de conhecimento, de poder tecnológico, de capacidade científica e massa crítica de cientistas, que são capazes realmente de processar toda essa massa de informação em conhecimento ativo e disponível para ser instrumentalizado e comercializado. (HAN, 2020b)

Temos os cientistas, o know-how, as capacidades tecnológicas e os dados, de modo que podemos usar todos esses recursos da sociedade digital, que provem de nós mesmo, para nosso próprio benefício, colocando-os a disposição para ajudar a resolver os urgentes problemas das sociedades. Nós estamos numa situação extraordinária que poderia ser comparável à aquela da descoberta do petróleo. Precisamos que essa nova ordem social, baseada em importantes sistemas comunicacionais, funcione sob o império da lei e sobre a autoridade de uma governança democrática.

Em suma, precisamos de um novo pacto social -um *New Deal*- para a SDED. Uma política democrática responsável deve instrumentar os meios legais e institucionais visando à brevidade uma “negociação” sobre o direito à privacidade entre usuários e companhias *High Tech* para melhor compreender o mecanismo de subtração de dados, identificar os agentes econômicos e financeiros detrás desses modelos que monetarizam de forma oligopólica essas tecnologias.¹⁶ (ZUBOFF, 2020)

“Se for grátis você é o produto” virou uma frase clássica na economia. As companhias de plataformas da SDED não estão interessadas em cuidar desse produto que somos nós e os nossos comportamentos futuros. Estão interessadas apenas em extrair nossos dados para os converterem em predições vendáveis no mercado. Esses dados são processados nas fábricas de IA para se transformarem em predições comportamentais. E

¹⁶ Para se protegerem, os usuários devem estar conscientes coletivamente daquilo que está em jogo na SDED e exigirem às empresas de plataformas filtros de privacidade e criptografia para proteger os canais de acesso.

o cliente real, aquele a quem querem cuidar -e de fato cuidam- são as empresas e negócios que compram suas predições. Esse é o mecanismo escondido que deve se desvendar colocando-se como um desafio premente de uma política democrática de acesso aos dados.

Essa tamanha concentração de conhecimento, inimaginável em qualquer momento da história humana, sobre todos nós como indivíduos, sobre grupos determinados e sobre uma imensa massa da população, traz consigo uma profunda concentração de poder porque dependemos cada vez mais da tecnologia digital em diversas áreas de atuação na nossa vida cotidiana. Os cientistas de *big data* denominam isso a *passagem* do “monitoramento”, -a recopilação de grandes quantidades de dados de um sistema-, para um novo patamar denominado de “atuação”, quer dizer, a capacidade de usar esses dados para reintroduzi-los no sistema, controlá-los e, assim, forçá-los a fazer coisas à distância. Em outros termos, reintroduzir esse conhecimento, através de um meio digital e seu instrumental tecnológico, para poder direcionar, performar e mudar o comportamento humano visando favorecer os interesses comerciais dos seus clientes. (HARARI, 2020)

Segundo Ed Finn, estamos em presença de processos de obediência quase cega aos mandados da computação e seus algoritmos sem questioná-los. Vivemos tempos no qual construímos uma catedral algorítmica na qual oramos diariamente a uma divindade numa espécie de teocracia computacional. Por isso mesmo aceitamos os resultados dos algoritmos de uma maneira incontestável como se fosse o mágico resultado da computação. A computação aparece como a expressão cifrada de uma *mathesis universalis* -um saber universal- gerada pelos resultados dos algoritmos, que forma parte do sonho ilustrado da utopia digital computacional. (FINN, 2018)

Ao se generalizar e inserir de maneira profunda na nossa vida cotidiana, a SDED capturou e desviou o efeito democratizador/libertário da Internet, que abriria a todos o acesso à informação produzida. Elaboraram-se instrumentos para modificar e performar os nossos comportamentos. Alguns exemplos são surpreendentes: *gadgets* que monitoram processos fisiológicos e dispositivos “vestíveis” ou implantáveis no corpo. Assistentes pessoais registram comportamentos, interações e ambientes dos usuários, para antecipar suas ações e realizar vendas. A computação dos afetos, que já é instalada em crachás e veículos de empresas, traça o perfil de personalidade do usuário e captura em tempo real suas emoções reveladas pela voz para atuar sobre seus processos pré-conscientes. Fábricas automatizadas, integradas em redes e com sistemas de aprendizado adaptam o seu funcionamento, criando relações nas quais os humanos se tornam acessórios monitorados por elas.¹⁷

Os efeitos da SDED colocam uma *questão ontológica*, pois a violação do “santuário” da privacidade e da intimidade, e a programação dos comportamentos põem em xeque um valor fundamental da condição de existência da vida na modernidade democrática: a santidade do indivíduo, os vínculos de intimidade, a sociabilidade que nos vincula por

¹⁷ O jogo virtual *Pokémon Go* foi uma experiência inédita e muito bem sucedida para levar as pessoas a agirem no mundo real como se estivessem no mundo virtual, provendo lucros reais para as empresas que o contrataram.

promessas de confiança e reciprocidade que alimentamos. Efeitos nefastos para a vida democrática e o sistema democrático de governo, pois nos tornaríamos uma espécie de colmeia ou rebanho dirigido pelas empresas de tecnologia digital e pastoreado pelos sacerdotes dos saberes da informática.

Coloca-se também a *questão ética* de recuperar o senso de indignação e a ação coletiva consensuada contra o que se passa. Devem-se formular declarações de direitos que proclamem o futuro digital como um lugar de respeito à condição humana, para limitar a SDED e defender a divisão do aprendizado na sociedade. Deve-se não só controlar, mas também recusar o novo regime de “vigilância débil”, difusa e pervasiva, e construir um novo regime de governança que subordine o poder das tecnologias digitais ao controle da cidadania e recrie as relações de confiança e reciprocidade numa sociedade democrática. (HARARI, 2018)

A SDED configura um regime ou ordem econômica, contrário, em muitos aspectos, às bases da civilização democrático liberal. A instalação em curso do “poder instrumentário” afeta nossos sentimentos e formas de vida, por corroer a confiança nos outros, quebrar reciprocidades e esvaziar a nossa capacidade de criar compromissos e de construir perspectivas compartilhadas de futuro, eliminando nossa autonomia e nossa livre vontade. Ele é distinto do totalitarismo, pois adota meios de modificação *soft* dos comportamentos e sua finalidade precípua é o lucro. Objetiva a informação total e a certeza sobre comportamentos e processos sociais, projeta um novo *apartheid* com exclusão e desigualdade social crescentes, exploração do trabalho precário e indiferença radical em relação à esfera pública. (HAN, 2020a e 2021)

É verdade que a tecnologia digital pode promover a liberdade, a democracia e a informação, tornar os governos mais eficientes e aprofundar a justiça social. Entretanto, não devemos esquecer que estamos vivendo numa época de refluxo das democracias liberais, que uma “recessão democrática” está em curso e que há um aumento das denominadas “democracias iliberais” de diversos tipos ao redor do mundo. A recessão democrática tem vários sinais, tais como o declínio do Estado de Direito, o aumento da corrupção, mudanças nas regras de jogo que resultam em eleições menos livres, aumento de regimes autoritários com pouca ou nenhuma competição eleitoral nem pluralismo político. (RUNCIMAN, 2018)

Nesse contexto, o legado da pandemia que mais preocupa aos sistemas democráticos liberais atuais é a implantação de mecanismos de vigilância e rastreamento de populações por parte dos Estados que atualmente são necessários para combater o vírus. Passada a pandemia, os governos terão enormes bases de dados sobre seus cidadãos que deveriam ser destruídas, mas não dá para confiar de que eles farão isso. Nas atuais circunstâncias de declínio democrático a sociedade precisa ter mais controle sobre os algoritmos que as redes sociais usam para manipular nossas emoções, coletar nossos dados, etc.

4. Conclusão

Podemos afirmar a modo de conclusão que a história das democracias liberais se caracteriza por situações de constantes crises e transformações. Na maior parte dos casos transformações positivas, que permitiram enormes avanços em termos de direitos civis, políticos, sociais e culturais. No entanto, quando o sistema representativo não é capaz de processar as demandas do próprio sistema político e da sociedade civil com o intuito de resolver os conflitos e o mal-estar social, essas crises sistêmicas podem levar ao questionamento e deslegitimação do próprio regime democrático. Sentimentos mais ou menos difusos de marginalização ou mal-estar de diferentes setores da população, para os quais o “sistema” não os representa ou os prejudica, estão sempre presentes, em maior ou em menor medida, em todas as sociedades democráticas.

Esses sentimentos de mal-estar social podem ser catalisados por líderes apoiados por forças sociais com propensões autoritárias, que se apresentam como sensíveis e catalizadoras desse mal-estar. As relações entre capitalismo e democracia passam por um momento crítico de inflexão que exigirá inovações institucionais profundas que enfrentem os desafios colocados tanto em nível nacional quanto no sistema internacional. A cidadania espera dos governos respostas que, na melhor das hipóteses, sejam paliativas do sofrimento vigente. Dentro dos parâmetros nos quais a sociedade contemporânea se organiza na atualidade, a confiança no sistema político tenderá a permanecer baixa, pelo menos na maioria dos países democráticos, enquanto nos países autoritários aumentarão os sistemas estatais de vigilância, de repressão e de controle da informação.

É possível que a emergência e legitimação eleitoral da extrema direita em alguns países seja um fenômeno passageiro. Mas ainda que o seu peso e poder político recuem, as marcas destrutivas que ela deixou nas instituições nacionais e internacionais perdurarão por um longo período, e os problemas que os alimentaram permanecerão na ordem do dia. A sobrevivência a longo prazo das sociedades capitalistas democráticas dependerá da capacidade de processarem os problemas que favoreceram a ascensão de posições extremistas. Os desafios atuais à democracia não se reduzem apenas aos colocados apenas pelos políticos autoritários.

Repensar a democracia exige enfrentar os problemas ambientais, os efeitos da revolução tecnológica e as novas ameaças pandêmicas. Na economia, as novas tecnologias eliminarão empregos e permitiram uma enorme concentração de poder em poucas empresas de plataformas que controlam (e transmitem) informações e centralizam uma parte crescente das transações comerciais. As novas tecnologias, com sua capacidade de vigilância e destruição da privacidade e de assumir o controle de decisões nos mais variados âmbitos da vida social, também apresentam um enorme desafio para as instituições democráticas. Um dos grandes debates políticos sobre a democracia é sobre quem controla os algoritmos e o uso da informação que eles produzem. Quais são os riscos que podemos assumir de forma responsável se transferirmos e centralizamos quase todas as áreas da nossa vida a sistemas falíveis e sujeitos a todo tipo de ataques e de manipulação? (MOZOROV, 2018)

Cada vez mais, quase todos os aspectos da vida social passam a depender de tecnologias de plataformas digitais baseadas em IA. Se a democracia não criar mecanismos

de controle efetivo sobre seu emprego e suas consequências, tanto por empresas privadas quanto pelo Estado, podemos escorregar rapidamente em direção a um futuro distópico, em que noções de liberdade e responsabilidade individual poderão se transformar em fenômenos do passado. Somos mediados por sofisticados softwares que não controlamos nem temos conhecimento de como funcionam. (ZUBOFF, 2020) ¹⁸

Enquanto novas formas de organização política que assegurem os mesmos direitos fundamentais não surgirem, a democracia liberal capitalista, apesar de suas limitações, constitui a única aposta responsável para aqueles que valorizam a liberdade. Essa afirmação não significa que o futuro da democracia capitalista esteja garantido. Se for incapaz de processar as novas formas de desigualdade, a concentração do poder econômico e o impacto das mudanças tecnológicas -na sociabilidade cotidiana, na estrutura do emprego, nos sistemas de vigilância, nos bancos de dados que permitem a manipulação e o controle das pessoas, ou no potencial de terapias genéticas extremamente caras que podem levar a uma fratura definitiva da espécie humana-, o divórcio entre capitalismo e democracia será inevitável, e seus efeitos catastróficos.

Em artigo anterior (OLIVIERI e SILVA, 2020b) destacamos que os avanços nas TI permitiram o surgimento de um novo ator político: o indivíduo. Hoy en día existe la posibilidad concreta de un empoderamiento del individuo como actor político en la sociedad en red, en la medida en que las tecnologías de la información y la comunicación ofrecen un "espacio de autonomía" que desafía el orden institucional disciplinar vigente. El individuo como un nuevo actor tiene un carácter concreto y singular, es decir, único ya que no puede ser subsumido en categorías colectivas esencialistas y abstractas (movimientos sociales, partidos políticos, Estado). Este fundamento não pode ser esquecido quando falamos em crise da democracia representativa. Na nossa opinião, um caminho viável é aprofundar na qualificação de mecanismos de democracia direta dentro e fora das redes digitais que permitam a participação desse novo ator social chamado indivíduo.

5. Referência

1. BAUMAN, Zygmunt; LYON, David. *Vigilância Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar. 2014.
2. DIAMOND, Larry. *O espírito da democracia. A luta pela construção de sociedades livres em todo o mundo*. Curitiba: ed. Atuação, 2015.
3. FINN, Ed. *La busqueda del algoritmo. Imaginacion en la era de la informática*. Madri: Editorial Alpha Decay, 2018;

¹⁸ Esse futuro é captado, desde suas perspectivas particulares, por movimentos como o singularismo, o pós-humanismo e o trans-humanismo, que preveem que a IA modificará a condição humana e a forma como a sociedade se organiza e toma as decisões. (HARARI, 2018)

4. FRIEDMAN, Thomas. *Obrigado pelo atraso: um guia otimista para sobreviver em um mundo cada vez mais veloz*. RJ: Ed. Objetiva, 2018.
5. GIDDENS, A. LASH. S. e BECK, U. *Modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna*. SP: Unesp, 2012.
6. HAN, Byung-chul. *La sociedad paliativa*. Madrid: editorial Herder, 2021
_____. *Psicopolítica*. RJ: ed. Âyiné, 2020a.
_____. “La emergencia viral y el mundo del mañana” em *Sopa de Wuham. Pensamiento contemporaneo en tiempos de pandemias*. Buenos Aires: editorial ASPO, 2020b.
_____. *A sociedade do cansaço*. RJ: Vozes, 2015.
7. HARARI, Yuval Noah. *Notas sobre a pandemia*. SP: ed. Companhia das Letras, 2021.
_____. *21 lições para o século 21*. SP: ed. Companhia das Letras, 2018.
8. INTERNACIONAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). *Climate Change 2021. The Physical Science Basis. Summary for Policymakers*. New York: ONU, 2021.
9. LEVITSKY, Steven & ZIBLAT, Daniel. *Como as democracias morrem*. RJ: Zahar, 2018.
10. LILA, Mark. *O progressista de ontem e o do amanhã. Desafios da democracia liberal no mundo pós-políticas identitárias*. SP: Companhia das Letras, 2017.
11. MOUNK, Yascha. *O povo contra a democracia*. SP: Companhia das Letras, 2019.
12. MOZOROV, Evgeny. *Big Tech. A ascensão dos dados e a morte da política*. SP: editora
13. OLIVIERI, Alejandro Gabriel et al. O CAPITALISMO DA VIGILÂNCIA NO MUNDO PÓS-PANDÊMICO E O DIREITO À PRIVACIDADE. **Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social**, [S.l.], v. 3, n. 6, p. 01-18, ago. 2021. ISSN 2675-0236. Disponível em: <http://periodicos.processus.com.br/index.php/ppds/article/view/347>>. Acesso em: 13 ago. 2021. doi: <https://doi.org/10.5281/zenodo.5189989>.
14. OLIVIERI, Alejandro Gabriel et al. O PORQUÊ DE SE FILOSOFAR EM TEMPOS DE PANDEMIA. **Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social**, [S.l.], v. 2, n. 4, p. 21-39, ago. 2020a. ISSN 2675-0236. Disponível em: <http://periodicos.processus.com.br/index.php/ppds/article/view/231>>. Acesso em: 13 ago. 2021. doi: <https://doi.org/10.5281/zenodo.4008496>.

15. OLIVIERI, Alejandro Gabriel; SILVA, Gustavo Javier. Revoltas Populares: entre a Pandemia e o Racismo. **Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social**, [S.l.], v. 2, n. 3, p. 65-87, jun. 2020b. ISSN 2675-0236. Disponível em: <<http://periodicos.processus.com.br/index.php/ppds/article/view/201>>. Acesso em: 13 ago. 2021. doi: <https://doi.org/10.5281/zenodo.3891835>.
16. PARIKKA, Jussi. *Uma geologia de los medios*. Buenos Aires: editorial Katz, 2021.
17. RUNCIMAN, David. *Como a democracia chega ao fim*. SP: ed. Todavia, 2018.
18. SORJ, Bernardo. *Em que mundo vivemos?* SP: Edições Plataforma Democrática, 2020
19. ZAKARIA, Fareed. *Dez lições para o mundo pós-pandemia*. RJ editora Intrínseca, 2021.
20. ZUBOFF, Shoshana. *A era do Capitalismo da vigilância*. RJ: editora Intrínseca, 2020.